



Auditoria Compartilha - Edição nº 005/2023

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em maio



PORTARIAS

CRIAÇÃO DE SETOR – TOBIAS BARRETO

[PORTARIA Nº 1287, DE 04 DE MAIO DE 2023](#)

Criar o Núcleo de Cursos FIC do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação - NUFIC-TB, subordinado à Gerência de Ensino – GEN/DG, Campus Tobias Barreto;

[PORTARIA Nº 1288, DE 04 DE MAIO DE 2023](#)

Criar a Coordenadoria de Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento de Sistemas – CODESI-TB, código FCC, subordinada à Gerência de Ensino – GEN/DG, Campus Tobias Barreto; e

[PORTARIA Nº 1289, DE 04 DE MAIO DE 2023](#)

Criar o Núcleo de Cursos FIC do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios - NUFGN-TB, subordinado à Gerência de Ensino – GEN/DG, Campus Tobias Barreto.

EXTINÇÃO/CRIAÇÃO DE SETOR - PROAD

[PORTARIA Nº 1305, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

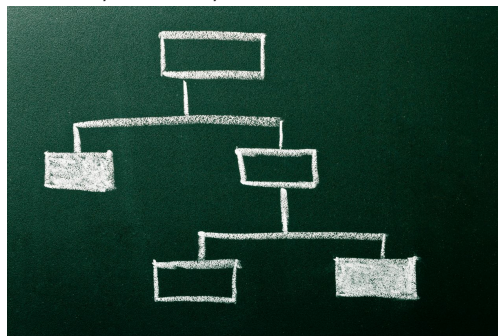
ALTERAÇÃO DE SETOR - PROGEP

[PORTARIA Nº 1290, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

Alterar a subordinação do Núcleo de Apoio Administrativo - NADM, código FG-02, do Departamento de Apoio à Gestão, Desenvolvimento e Saúde do Servidor - DAGDS/PROGEP, Reitoria, para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, Reitoria;

[PORTARIA Nº 1291, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

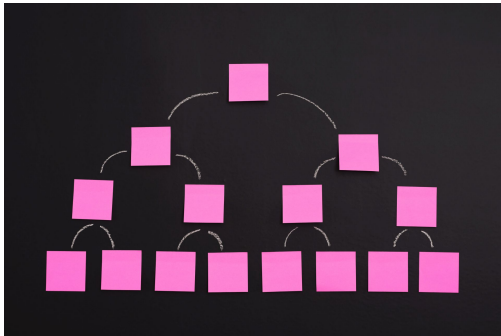
Alterar a subordinação do Setor de Arquivo da PROGEP - SAP, do Departamento de Apoio à Gestão, Desenvolvimento e Saúde do Servidor - DAGDS/PROGEP, Reitoria, para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, Reitoria;



Extinções e Criações de setores no âmbito da PROAD; e

[PORTARIA Nº 1369, DE 12 DE MAIO DE 2023](#)

Extinções e Criações de setores no âmbito da PROAD.



EXTINÇÃO/CRIAÇÃO DE SETOR - PROEN

[PORTARIA Nº 1427, DE 22 DE MAIO DE 2023](#)

Extinções e Criações de setores no âmbito da PROEN; e

[PORTARIA Nº 1348, DE 11 DE MAIO DE 2023](#)

Criar a Coordenadoria de Gestão de Ações e Projetos Estudantis - CGAPE, subordinado à Diretoria de Assuntos Estudantis - DIAE/PROEN/Reitoria.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

[PORTARIA Nº 1283, DE 04 DE MAIO DE 2023](#)

Alterar a Portaria nº 84, de 11/01/2023, que trata da criação do Departamento de Projetos e Articulação Institucional - DPAI, código CD-04, subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão -PROPEX, Reitoria.

PONTOS FACULTATIVOS IFS JUNHO 2023

[PORTARIA Nº 1506, DE 30 DE MAIO DE 2023](#)

Estabelece os pontos facultativos no Instituto Federal de Sergipe relativos ao mês de junho de 2023, preservados os serviços essenciais previstos em lei.

[PORTARIA Nº 1292, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

Alterar a subordinação da Coordenação de Seleção e Contratos - CSC, código FG-01, da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP, para o Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DSDPES/PROGEP;

[PORTARIA Nº 1293, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

Alterar a denominação do Departamento de Normas e Apoio à Legislação - DNAL, para Departamento de Normas e Apoio à Gestão e Saúde do Servidor - DNAGS, subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP/Reitoria;

[PORTARIA Nº 1294, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

Alterações diversas de setores no âmbito da PROGEP; e

[PORTARIA Nº 1295, DE 05 DE MAIO DE 2023](#)

Alterar a denominação do Departamento de Apoio à Gestão, Desenvolvimento e Saúde do Servidor - DAGDS, para Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DSDPES, subordinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP/Reitoria.

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

[PORTARIA Nº 1481, DE 26 DE MAIO DE 2023](#)

Revogar a Instrução Normativa nº 01/2021 que orienta o registro de frequência durante o Ensino Remoto Emergencial e eventos acadêmicos.

PROGRAMA QUALIFICA MAIS ENERGIF

[PORTARIA Nº 1480, DE 26 DE MAIO DE 2023](#)

Prorrogação do prazo de vigência dos Editais do Programa Qualifica mais Energif.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 191, DE 09 DE MAIO DE 2023](#)

Aprova a concordância com a Renovação da Autorização de Apoio junto à FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, inscrita sob o CNPJ: 14.645.162/0001-91, no âmbito do IFS, no período 2023-2024.



STATUS ATIVO PARA MATRÍCULA DE ESTUDANTES

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 193, DE 11 DE MAIO DE 2023](#)

Autoriza, ad referendum, a possibilidade de manutenção do status ativo para matrícula de estudantes que ingressaram no IFS durante o período da pandemia de covid-19 para fins de realização de estágio obrigatório com carga horária superior àquela prevista no PPC do curso.

ALTERAÇÃO DE RESOLUÇÃO CS/IFS
[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 194, DE 18 DE MAIO DE 2023](#)

Referendar a Resolução CS/IFS nº 161, de 23 de setembro de 2022, que alterou a Resolução CS/IFS nº 14, de 25 de março de 2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

AFASTAMENTO PARA MISSÃO REITORIA

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 195, DE 18 DE MAIO DE 2023](#)

Autoriza o afastamento da Reitora para missão no Canadá.

SÁBADOS LETIVOS

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 196, DE 22 DE MAIO DE 2023](#)

Referenda que aprovou o Regulamento de Execução dos Sábados Letivos - Ano Letivo 2023 e 2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

PROCESSO DE ESCOLHA DE COORDENADOR (A) DE CURSO

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 198, DE 22 DE MAIO DE 2023](#)

Altera o Regulamento do Processo de Escolha de Coordenador (a) de Curso no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 199, DE 23 DE MAIO DE 2023](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento de Medidas Socioeducativas Aplicadas ao corpo discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe IFS.

PLANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES DOS CAMPI E DA REITORIA

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 40, DE 19 DE MAIO DE 2023](#)

Prorrogação da vigência dos Planos de Implementação de Controles dos Campi e da Reitoria do Plano de Contingência – Orçamento IFS/2022.

PLANO DE CONTINGÊNCIA – ORÇAMENTO IFS/2022

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 41, DE 29 DE MAIO DE 2023](#)

Referenda Deliberação CGIRC nº 39, que prorrogou ad referendum o plano de Contingência orçamentária IFS/2022 até 20/05/2023.

20,244	1,184			
134,641				
167,760	6,835	4,323	2,084	224
752,391	131,880	78,957	29,617	
505	23,749			2,421
	186			5,297
1,110,14		83,280	31,701	
779,144	209,376	209	380	
167,582	26,208	27,300		
250	7,450	700	12,627	4,816
	16,250			4,816
	24	82		
6,866		114,491	13,007	4,816
953,842	259,308	(31,211)	18,694	48
156,298	(90,474)			

PLANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES DOS CAMPI E DA REITORIA

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 42, DE 29](#)



REGULAMENTO DE ATIVIDADES DOCENTES- RAD

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 197, DE 22 DE
MAIO DE 2023](#)

Referendar a Resolução que alterou o Regulamento de Atividades Docentes- RAD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

[DE MAIO DE 2023](#)

Referenda Deliberação CGIRC nº 40, que prorrogou ad referendum o plano de Contingência orçamento IFS/2022 até 31/05/2023.



Normativos Externos

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAIBA

[PORTARIA CONJUNTA Nº 38, DE 2 DE
MAIO DE 2023](#)

Renovação da autorização FUNETEC-PB para atuar junto ao IFS.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

[PORTARIA SOF/MPO Nº 117, DE 4 DE
MAIO DE 2023.](#)

Altera a Portaria SOF/MPO nº 14, de 16 de fevereiro de 2023, que “Estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2023, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências”.

INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA e ACESSO À INFORMAÇÃO.

[DECRETO Nº 11.529, DE 16 DE MAIO DE
2023.](#)

Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, [DECRETO Nº 11.528, DE 16 DE MAIO DE 2023.](#) Institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção e [DECRETO Nº 11.527, DE 16 DE MAIO DE 2023.](#) Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de

REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS.



[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.170, DE 28 DE
ABRIL DE 2023.](#)

Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal;

[PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.100, DE 10 DE
MAIO DE 2023.](#)

Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade e da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC); e [PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.163, DE 12 DE MAIO DE 2023.](#)

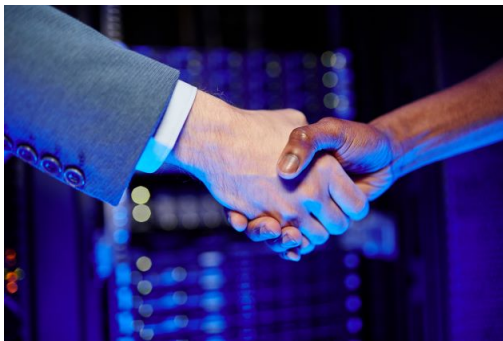
Altera a Portaria SGPRT/MGI nº 2100, de 10 de maio de 2023, que divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade e da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC).

maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.

[DECRETO Nº 11.531, DE 16 DE MAIO DE 2023.](#)

Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.



COMPRAS ESTRATÉGICAS.

[PORTARIA MGI Nº 2.264, DE 26 DE MAIO DE 2023.](#)

Institui, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o Comitê de Compras e Contratações Estratégicas e seus subcomitês.

PONTO FACULTATIVO.

[PORTARIA MGI Nº 2.386, DE 26 DE MAIO DE 2023.](#)

Altera a Portaria nº 11.090, de 27 de dezembro de 2022, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.

[LEI Nº 14.509, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022.](#)

Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

GESTÃO DE PESSOAS e ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO FUNCIONAL.

[PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2368, DE 29 DE MAIO DE 2023.](#)

Altera a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 1.455, de 16 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a atualização e a validação cadastral obrigatórias de dados cadastrais pessoais e funcionais dos agentes públicos civis do Poder Executivo federal.

E-PATRI e CORREIÇÃO.

[PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 80, DE 18 DE MAIO DE 2023.](#)

Altera a Portaria Normativa CGU nº 10, de 13 de maio de 2022, que aprova a Política de Uso do Sistema Eletrônico de Informações Patrimoniais e de Conflito de Interesses – e-Patri.

CORREIÇÃO.

[PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 78, DE 19 DE ABRIL DE 2023.](#)

Aprova enunciado referente à aplicação da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.



Informativos



NOTÍCIAS

SANÇÕES

[Defesa prévia em processo sancionador de licitantes e contratados.](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

["Virada de chave" para a nova Lei de Licitações: qual a responsabilidade do gestor público?](#)

CONFLITO DE INTERESSES.

[Decisão: relação de parentesco entre licitante e contratante e conluio.](#)



ARTIGOS PUBLICADOS

GESTÃO DE RISCOS.

[Metodologias de gestão de riscos em entes públicos brasileiros: uma análise bibliográfica.](#)

CUSTOS

Contabilidade pública gerencial: um retrato do contexto de implantação de sistemas de custos no governo federal e [Informações de custos no setor público federal: um olhar sistêmico da usabilidade e implantação.](#)

CAPACITAÇÃO

[Panorama internacional de capacitação no setor público.](#)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

[Análise da política pública na implementação da inteligência artificial federal.](#)

CONTROLE SOCIAL.

[Participação e controle social no serviço público e fomento administrativo: limites e possibilidades no cenário brasileiro.](#)



NOTAS TÉCNICAS

AFASTAMENTOS PARA CAPACITAÇÃO

[Nota Técnica nº 7.645-2023](#)

Consulta sobre os critérios para a concessão de afastamentos a servidor para participação em ações de desenvolvimento.

ADICIONAIS OCUPACIONAIS

[Ofício-Circular nº 335-2023](#)

Concessão de adicionais ocupacionais. Acórdão nº 2.355/2022 - TCU- 1ª Câmara.



BOLETINS DO TCU

[Boletim de Jurisprudência nº 443](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 445,](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 446 ,](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 447,](#)

[Boletim de Pessoal nº 111.](#)



Capacitações Sugeridas

Nesta seção você encontrará sugestões de capacitações que estão alinhadas com o **Plano Anual de Capacitação do IFS** para 2023.

EV.G Uma iniciativa ENAP

[Aplicação do Power BI para Aprimoramento da Gestão](#)



[Nova Lei de Licitações e Contratos: aspectos gerais e pontos de atenção](#)



Para acessar o **catálogo completo** da Escola Virtual de Governo [clique aqui](#).

[Clique aqui](#) para conhecer **todos os cursos** oferecidos pelo ILB.



Julgados



GOVERNANÇA E CONTROLES

RESPONSABILIDADE. PRESTAÇÃO DE CONTAS. MORA. INTEMPESTIVIDADE. ERRO FORMAL. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CARACTERIZAÇÃO. CITAÇÃO.

[Acórdão 2834/2023 Primeira Câmara](#)

A omissão no dever de prestar contas fica caracterizada apenas a partir da citação feita pelo TCU. A apresentação da prestação de contas até o momento anterior ao da citação configura intempestividade no dever de prestar contas e deve ser considerada falha formal, hipótese que, aliada à demonstração da adequada e integral aplicação dos recursos, conduz ao julgamento das contas pela regularidade com ressalva.



GESTÃO DE PESSOAS

APOSENTADORIA. VANTAGEM OPÇÃO. QUINTOS. ACUMULAÇÃO. VEDAÇÃO. MARCO TEMPORAL.

[Acórdão 3141/2023 Segunda Câmara](#)

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da [Lei 8.112/1990](#) até 18/1/1995 e os requisitos para aposentadoria até o advento da [EC 20/1998](#) podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990. A concessão de ambas as vantagens cumulativamente constitui *bis in idem*, por remunerar duplamente o servidor pelo exercício de função comissionada.

ATO SUJEITO A REGISTRO. ATO COMPLEXO. APOSENTADORIA. PENSÃO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. JURISPRUDÊNCIA. RETROATIVIDADE.

[Acórdão 663/2023 Plenário](#)

Eventual irregularidade em ato de aposentadoria registrado pelo TCU pode ser novamente analisada, de acordo com a jurisprudência vigente, na apreciação da pensão decorrente, pois a concessão da pensão é ato novo, também complexo, que somente se aperfeiçoa após a análise realizada pelo Tribunal no exercício da competência prevista no art. 71, inciso III, da [Constituição Federal](#). O emprego do entendimento vigente para a apreciação de atos complexos que ainda não foram registrados pelo TCU não configura aplicação retroativa de novo entendimento jurisprudencial (art. 24 do [Decreto-lei 4.657/1942 - Lindb](#)).

PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. VALIDADE. PRAZO. ADMISSÃO DE PESSOAL. DECISÃO JUDICIAL.

[Acórdão 2794/2023 Primeira Câmara](#)

Considera-se ilegal, negando-lhe registro, o ato de admissão efetuado posteriormente ao prazo de validade do concurso público estabelecido no edital, devendo, no entanto, ser assegurada a produção dos efeitos da admissão enquanto subsistir decisão judicial favorável ao interessado.

PESSOAL. QUINTOS. ALTERAÇÃO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA. BASE DE CÁLCULO.

[Acórdão 2805/2023 Primeira Câmara](#)

A posterior alteração da função exercida pelo servidor não implica a modificação do valor da função já incorporada como quintos. Os quintos são calculados sobre a remuneração da função comissionada efetivamente exercida ao tempo da incorporação.

PESSOAL. APOSENTADORIA. PROVENTOS. IRREDUTIBILIDADE. VERBA ILEGAL. EXCLUSÃO.

[Acórdão 3143/2023 Primeira Câmara](#)

A redução de proventos de aposentadoria, com a exclusão de parcela concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO. ADITIVO. REQUISITO. PROJETO. ALTERAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA. JUSTIFICATIVA.

Acórdão 831/2023 Plenário

Na execução de contratos, eventuais alterações do projeto licitado devem ser precedidas de procedimento administrativo no qual fiquem adequadamente consignadas as justificativas das alterações tidas por necessárias, que devem ser embasadas em pareceres e estudos técnicos pertinentes, bem como deve estar caracterizada a natureza superveniente, em relação ao momento da licitação, dos fatos ensejadores das alterações, vedada a utilização de quaisquer justificativas genéricas.

CONTRATO ADMINISTRATIVO. SUPERFATURAMENTO. PREÇO. REFERÊNCIA. LICITANTE. PROPOSTA DE PREÇO. PREÇO DE MERCADO.

Acórdão 3193/2023 Segunda Câmara

O parâmetro para cálculo de eventual superfaturamento é o preço de mercado, e não as propostas apresentadas por outros licitantes. O superfaturamento, para estar caracterizado, deve refletir que o preço pago pela Administração estava em patamar superior ao valor de mercado.

Unidade de Auditoria Interna do IFS

Aqui se faz controle preventivo!



This email was sent to ***|EMAIL|***
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
|LIST:ADDRESSLINE|

|REWARDS|